



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



## PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA.

PARECER

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 20/2024

PROTOCOLO: 202/2024

AUTORIA: PODER EXECUTIVO



### I – RELATÓRIO

Trata-se do projeto de lei complementar nº 20/2024, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivo da lei complementar nº 4.183, de 28 de dezembro de 2011, com a finalidade de alterar o número de cargos de Técnico em Informática – GNTE 05, de “01” para “02, constante do Anexo III - Quadro de Cargos de Provimento Efetivo Grupo de Nível Técnico de Escolaridade - GNTE, na Lei Complementar nº 4.183, de 28 de dezembro de 2011.

Lê-se na ementa o seguinte:

**“Altera dispositivo da Lei Complementar nº 4.183, de 28 de dezembro de 2011”**

O projeto de Lei Complementar traz a seguinte justificativa:

*Trata-se de Projeto de Lei Complementar que visa alterar o número de cargos de Técnico de Informática para atendimento das necessidades do Departamento Municipal de Saneamento Urbano - DEMSUR. Tal alteração se faz necessária diante do aumento da demanda de serviços de programação, realização de manutenção, instalação e configuração de equipamentos de informática da Autarquia. Isso porque, em sua logística de operação, o DEMSUR conta com a descentralização da sua rede interna de computadores que é conectada ao Servidor Central localizado na sede da Autarquia, para execução de diversos serviços, tais como: ETA Gávea, ETA Rio Preto, CPD e São Pedro. Quanto ao disposto nos Arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), os respectivos imperativos normativos estão plenamente cumpridos, uma vez que as despesas relativas estão consignadas nas Leis Orçamentárias, nos termos do diploma legal. Ante o exposto, e na certeza de contarmos com a costumeira atenção do ilustre Presidente, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.*

O proponente anexou os seguintes documentos:

- a) Estimativa de Impacto Orçamentário (Art. 16, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal);

É o relatório.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça tem competência para exarar o parecer sobre a matéria em exame, com fulcro nos artigos 68, 71 e 72, VII do Regimento Interno, razão pela qual passamos à análise.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



## II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei visa a alteração do número de cargos de Técnico de Informática para atendimento das necessidades do Departamento Municipal de Saneamento Urbano – DEMSUR.

Como regra, os projetos de lei complementar e ordinária cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e, na forma da lei, aos cidadãos, conforme estabelecem os arts. 76 e 78 da Lei Orgânica do Município de Muriaé.

Entretanto, há matérias de iniciativa privativa da Mesa da Câmara e do Prefeito, consoante prevê o art. 77 da LOM. Lê-se no dispositivo que:

"Art. 77. São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

I – Da Mesa da Câmara, formalizada por meio de projeto de resolução:

a) o regulamento geral, que disporá sobre a organização da Secretaria da Câmara, seu funcionamento, sua polícia, criação, transformação ou extinção de cargo, emprego e função, regime jurídico de seus servidores e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

b) a autorização para o Prefeito ausentar-se do Município;

c) a mudança temporária da sede da Câmara.

II – do Prefeito:

a) a criação de cargo e função pública da administração direta, autárquica e fundacional e a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros da lei de diretrizes orçamentárias;





# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



- b) o regime jurídico único dos servidores públicos dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, incluídos o provimento de cargo, estabilidade e aposentadoria;
- c) o quadro de emprego das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades sob controle direto ou indireto do Município.
- d) a criação, estruturação e extinção de Secretária Municipal e de entidade da administração indireta;
- e) os planos plurianuais;
- f) as diretrizes orçamentárias;
- g) os orçamentos anuais;
- h) a matéria tributária que implique redução da receita pública;
- i) a fixação e a modificação dos efetivos da guarda Municipal."

Não se vislumbra vício de iniciativa em relação à presente proposição.

Quanto à espécie normativa, a Lei Orgânica do Município de Muriaé impõe a determinada matérias taxativamente previstas no § 2º do art. 76, estatura mais elevada, impondo-lhe o regramento da lei complementar, senão vejamos:

"Art. 76.

§ 2º. Considera-se lei complementar entre outras matérias, previstas nesta Lei Orgânica:

I – o Plano Diretor;

II – o Código Tributário;



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS



III – o Código de Obras;

IV – o Código de Postura;

V – o Estatuto dos Servidores Públicos e do Magistério Municipal;

VI – a lei de parcelamento, ocupação e uso do solo;

VII – a lei instituidora do regime jurídico único dos servidores;

VIII – a lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos."

A matéria em exame figura entre aquelas pertinentes à lei complementar, razão pela qual deverá seguir este regramento.

Quanto ao quórum de votação, leis complementares e leis ordinária são aprovadas por *quóruns* diferenciados.

A lei complementar submete-se à quórum de maioria absoluta, *ex vi* do disposto no § 1º do art. 76 da Lei Orgânica.

"Art. 76.

(...)

§ 1º. A Lei Complementar é aprovada por maioria dos membros da Câmara observados os demais termos de votação das leis ordinárias."

Entretanto, a lei ordinária submete-se ao quórum de maioria simples, *ex vi* do disposto no caput do art. 61 da Lei Orgânica.

"Art. 61. As deliberações da Câmara serão tomadas, nas votações normais, por maioria dos membros presentes à reunião, salvos os casos previstos nesta lei."

Assinalamos que a matéria em exame enquadra-se como lei complementar, razão pela qual a proposição submete-se ao quórum de maioria absoluta [maioria dos membros da Câmara] para aprovação.

No que tange à competência legislativa do Município, a proposição acha-se amparada pelos art. 30, inciso I, da Constituição da República, art. 171, inciso I, da Constituição do Estado de Minas Gerais e art. 6º da Lei Orgânica do Município de Muriaé, por trata-se de matéria de interesse eminentemente local.





# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



Por fim, deve ser considerado se a proposição gera impacto orçamentário-financeiro e se há adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

A Lei Complementar nº 101, de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal [mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal], acentua em seus arts. 15 a 17 que:

"Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º. Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º. A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º. Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º. As normas do *caput* constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.





# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º. Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º. Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º. Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º. A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º. A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º. O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º. Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado."

A estimativa do impacto orçamentário-financeiro, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e as premissas e metodologia de cálculo utilizadas foram anexadas no protocolo da Casa, passando a integrar o processo legislativo.

Quanto ao mérito da proposição, está presente o interesse público que justifica a aprovação do projeto de lei.

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, arrimados nas disposições constitucionais e legais apresentadas, concluímos pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da proposição, nos termos da fundamentação, e considerando estar presente o interesse público que justifica a aprovação do projeto de lei complementar concluímos o voto pela aprovação do mesmo.

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Melo, 19 de fevereiro de 2024.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS



Membros da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça:

  
**ADEMAR CAMERINO**

**Relator**

  
**DEVAIL GOMES CORREA**

**Vereador**

  
**WELLINGTON FORIM FRANCISCO DE ASSIS SILVA**

**Vereador**

**ELVANDRO MACIEL DA SILVA**

**Vereador Suplente**





# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



## PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS.

### PARECER

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 20/2024

### PROTOCOLO: 202/2024

### AUTORIA: PODER EXECUTIVO

### I – RELATÓRIO

Trata-se do projeto de lei complementar nº 20/2024, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivo da lei complementar nº 4.183, de 28 de dezembro de 2011, com a finalidade de alterar o número de cargos de Técnico em Informática – GNTE 05, de “01” para “02, constante do Anexo III - Quadro de Cargos de Provimento Efetivo Grupo de Nível Técnico de Escolaridade - GNTE, na Lei Complementar nº 4.183, de 28 de dezembro de 2011.

Lê-se na ementa o seguinte:

#### **“Altera dispositivo da Lei Complementar nº 4.183, de 28 de dezembro de 2011”**

O projeto de Lei Complementar, que traz a seguinte justificativa:

*Trata-se de Projeto de Lei Complementar que visa alterar o número de cargos de Técnico de Informática para atendimento das necessidades do Departamento Municipal de Saneamento Urbano - DEMSUR. Tal alteração se faz necessária diante do aumento da demanda de serviços de programação, realização de manutenção, instalação e configuração de equipamentos de informática da Autarquia. Isso porque, em sua logística de operação, o DEMSUR conta com a descentralização da sua rede interna de computadores que é conectada ao Servidor Central localizado na sede da Autarquia, para execução de diversos serviços, tais como: ETA Gávea, ETA Rio Preto, CPD e São Pedro. Quanto ao disposto nos Arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), os respectivos imperativos normativos estão plenamente cumpridos, uma vez que as despesas relativas estão consignadas nas Leis Orçamentárias, nos termos do diploma legal. Ante o exposto, e na certeza de contarmos com a costumeira atenção do ilustre Presidente, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.*

O proponente anexou os seguintes documentos:





# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS



a) Estimativa de Impacto Orçamentário (Art. 16, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal

É o relatório.

A Comissão Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, tem competência para exarar o parecer sobre a matéria em exame, com fulcro nos artigos 68, 71 e 72, VI do Regimento Interno, razão pela qual passamos à análise.

### II – DO ASPECTO REGIMENTAL

Segundo o artigo 71 do Regimento Interno desta Câmara Municipal as Comissões Permanentes têm como objetivo estudar e emitir pareceres sobre assuntos submetidos a seu exame, sempre que se fizer necessário, sob a orientação da Procuradoria Jurídica da Câmara, servindo referidos pareceres de fundamento para as discussões e votações.

Outrossim o artigo 72 elenca que a competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, na forma seguinte:

(...)

VI– Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas:

(...)

d) repercussão financeira das proposições;

(...)

Insta observar também o disposto no art. 170 do Regimento Interno:

“Art. 170. Lido em Plenário, o projeto será distribuído às Comissões Permanentes, que cuidarão de apresentar parecer à Mesa, sendo que, tendo assim ocorrido, o projeto será incluído na ordem do dia para discussão e votação, conforme segue:

§ 1º - Em regra, os projetos de lei e de resolução passam por 03 (três) votações;

§ 2º. No Plenário o projeto é submetido à 1ª (primeira) discussão, podendo ser:



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS



- a) rejeitado;
- b) aprovado, sem emendas;
- c) aprovado, com emendas das Comissões;
- d) receber emendas, subemendas ou substitutivos em Plenário.

I - Se o Projeto é rejeitado seguirá para a Secretaria da Câmara para arquivamento;

II - Na hipótese de ser aprovado sem emendas, será enviado à Mesa Diretora para nas reuniões subsequentes, ir à 2ª e 3ª votações;

(...)"

### III – DA ANÁLISE SOB O PRISMA DA PERTINÊNCIA TEMÁTICA

Conforme já verificado, a presente proposição refere-se ao projeto de Lei Complementar nº 20/2024, de autoria do Poder Executivo, que visa a alteração do número de cargos de Técnico de Informática para atendimento das necessidades do Departamento Municipal de Saneamento Urbano – DEMSUR.

Atendidas as exigências da legislação, esta comissão nada tem a objetar quanto ao mérito, liberando o processo com voto favorável.

### IV – PARECER FINAL

Ante o exposto, esta comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Câmara Municipal de Muriaé/MG, considerando o elevado grau de importância da matéria versada em análise e constatando a relevância do que nele se propõe, opina pela aprovação do mesmo.

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Melo, 19 de fevereiro de 2024.





# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ


## ESTADO DE MINAS GERAIS



Membros da Comissão Finanças, Orçamento e Tomada de Contas:

  
**ADEMAR CAMERINO**

Vereador

  
**VANDERLEI LUIZ LOPES**

Vereador

  
**MIRIAM FACCHINI BARBOSA**

Vereadora

**DELSON LUCIO AMARO DE ANDRADE**  
Vereador Suplente



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



## PARECER DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PARECER**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 20/2024**

**PROTOCOLO: 202/2024**

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO**

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se do projeto de lei complementar nº 20/2024, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivo da lei complementar nº 4.183, de 28 de dezembro de 2011, com a finalidade de alterar o número de cargos de Técnico em Informática – GNTE 05, de “01” para “02, constante do Anexo III - Quadro de Cargos de Provimento Efetivo Grupo de Nível Técnico de Escolaridade - GNTE, na Lei Complementar nº 4.183, de 28 de dezembro de 2011.

Lê-se na ementa o seguinte:

**“Altera dispositivo da Lei Complementar nº 4.183, de 28 de dezembro de 2011”**

O projeto de Lei Complementar, que traz a seguinte justificativa:

*Trata-se de Projeto de Lei Complementar que visa alterar o número de cargos de Técnico de Informática para atendimento das necessidades do Departamento Municipal de Saneamento Urbano - DEMSUR. Tal alteração se faz necessária diante do aumento da demanda de serviços de programação, realização de manutenção, instalação e configuração de equipamentos de informática da Autarquia. Isso porque, em sua logística de operação, o DEMSUR conta com a descentralização da sua rede interna de computadores que é conectada ao Servidor Central localizado na sede da Autarquia, para execução de diversos serviços, tais como: ETA Gávea, ETA Rio Preto, CPD e São Pedro. Quanto ao disposto nos Arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), os respectivos imperativos normativos estão plenamente cumpridos, uma vez que as despesas relativas estão consignadas nas Leis Orçamentárias, nos termos do diploma legal. Ante o exposto, e na certeza de contarmos com a costumeira atenção do ilustre Presidente, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.*

O proponente anexou os seguintes documentos:

- a) Estimativa de Impacto Orçamentário (Art. 16, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal);

É o relatório.

A Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Muriaé/MG, constituída dos Vereadores que subscrevem ao final, no uso de suas atribuições legais e regimentais,





# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



notadamente com fundamento no art. 72, II e arts. 160 e 170 do Regimento Interno e demais disposições legais e constitucionais pertinentes, assim se manifesta.

## II- DO ASPECTO REGIMENTAL

Observa-se o disposto no art. 170 do Regimento Interno:

“Art. 170. Lido em Plenário, o projeto será distribuído às Comissões Permanentes, que cuidarão de apresentar parecer à Mesa, sendo que, tendo assim ocorrido, o projeto será incluído na ordem do dia para discussão e votação, conforme segue:

§ 1º - Em regra, os projetos de lei e de resolução passam por 03 (três) votações;

§ 2º. No Plenário o projeto é submetido à 1ª (primeira) discussão, podendo ser:

a) rejeitado;

b) aprovado, sem emendas;

c) aprovado, com emendas das Comissões;

d) receber emendas, subemendas ou substitutivos em Plenário.

I - Se o Projeto é rejeitado seguirá para a Secretaria da Câmara para arquivamento;

II - Na hipótese de ser aprovado sem emendas, será enviado à Mesa Diretora para, nas reuniões subsequentes, ir à 2ª e 3ª votações;

(...)

## III- DA ANÁLISE SOB O PRISMA DA PERTINÊNCIA TEMÁTICA

Conforme já verificado, a presente proposição refere-se ao projeto de Lei Complementar nº 20/2024, de autoria do Poder Executivo, que visa a alteração do número de cargos de Técnico de Informática para atendimento das necessidades do Departamento Municipal de Saneamento Urbano – DEMSUR.

Atendidas as exigências da legislação, esta comissão nada tem a objetar quanto ao mérito, liberando o processo com voto favorável.

## IV – PARECER FINAL



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS



Ante o exposto, esta comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Muriaé/MG, considerando o elevado grau de importância da matéria versada em análise e constatando a relevância do que nele se propõe, opina pela aprovação do mesmo.

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Melo, 19 de fevereiro de 2024.

Membros da Comissão de Administração Pública:

**CELSO RICARDO DE OLIVEIRA**

**Vereador**

**FREDERICO FARIA SILVA**

**Vereador**

**WALTECY RODRIGUES DA COSTA JUNIOR**

**Vereador**

**DEVAIL GOMES CORREA**

**Vereador Suplente**





# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



## PARECER DA COMISSÃO REDAÇÃO E ASSUNTOS DIVERSOS

### PARECER

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 20/2024

### PROTOCOLO: 202/2024

### AUTORIA: PODER EXECUTIVO

### I – RELATÓRIO

Trata-se do projeto de lei complementar nº 20/2024, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivo da lei complementar nº 4.183, de 28 de dezembro de 2011, com a finalidade de alterar o número de cargos de Técnico em Informática – GNTE 05, de “01” para “02, constante do Anexo III - Quadro de Cargos de Provisão Efetivo Grupo de Nível Técnico de Escolaridade - GNTE, na Lei Complementar nº 4.183, de 28 de dezembro de 2011.

Lê-se na ementa o seguinte:

**“Altera dispositivo da Lei Complementar nº 4.183, de 28 de dezembro de 2011”**

O projeto de Lei Complementar, que traz a seguinte justificativa:

*Trata-se de Projeto de Lei Complementar que visa alterar o número de cargos de Técnico de Informática para atendimento das necessidades do Departamento Municipal de Saneamento Urbano - DEMSUR. Tal alteração se faz necessária diante do aumento da demanda de serviços de programação, realização de manutenção, instalação e configuração de equipamentos de informática da Autarquia. Isso porque, em sua logística de operação, o DEMSUR conta com a descentralização da sua rede interna de computadores que é conectada ao Servidor Central localizado na sede da Autarquia, para execução de diversos serviços, tais como: ETA Gávea, ETA Rio Preto, CPD e São Pedro. Quanto ao disposto nos Arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), os respectivos imperativos normativos estão plenamente cumpridos, uma vez que as despesas relativas estão consignadas nas Leis Orçamentárias, nos termos do*



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



*diploma legal. Ante o exposto, e na certeza de contarmos com a costumeira atenção do ilustre Presidente, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.*

O proponente anexou os seguintes documentos:

- a) Estimativa de Impacto Orçamentário (Art. 16, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal);

A Comissão de Redação e Assuntos Diversos da Câmara Municipal de Muriaé/MG tem competência para exarar o parecer sobre a matéria em exame, com fulcro nos artigos 68, 71 e 72, VII do Regimento Interno, razão pela qual passamos à análise.

## II. DO ASPECTO REGIMENTAL

Segundo o artigo 71 do Regimento Interno desta Câmara Municipal as Comissões Permanentes têm como objetivo estudar e emitir pareceres sobre assuntos submetidos a seu exame, sempre que se fizer necessário, sob a orientação da Procuradoria Jurídica da Câmara, servindo referidos pareceres de fundamento para as discussões e votações.

Outrossim, o artigo 72 elenca que a competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, na forma seguinte:

(...)

### III- Comissão de Redação e Assuntos Diversos:

- a) redação final da proposição.

(...)

Insta observar também o disposto no art. 170 do Regimento Interno:

“Art. 170. Lido em Plenário, o projeto será distribuído às Comissões Permanentes, que cuidarão de apresentar parecer à Mesa, sendo que, tendo assim ocorrido, o projeto será incluído na ordem do dia para discussão e votação, conforme segue:

§ 1º - Em regra, os projetos de lei e de resolução passam por 03 (três) votações;

§ 2º. No Plenário o projeto é submetido à 1ª (primeira) discussão, podendo ser:





# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



- a) rejeitado;
- b) aprovado, sem emendas;
- c) aprovado, com emendas das Comissões;
- d) receber emendas, subemendas ou substitutivos em Plenário.

I - Se o Projeto é rejeitado seguirá para a Secretaria da Câmara para arquivamento;

II - Na hipótese de ser aprovado sem emendas, será enviado à Mesa Diretora para nas reuniões subsequentes, ir à 2ª e 3ª votações;

(...)”

## III – DA ANÁLISE SOB O PRISMA DA PERTINÊNCIA TEMÁTICA

Conforme já verificado, a presente proposição refere-se ao projeto de Lei Complementar nº 20/2024, de autoria do Poder Executivo, que visa a alteração do número de cargos de Técnico de Informática para atendimento das necessidades do Departamento Municipal de Saneamento Urbano – DEMSUR.

Atendidas as exigências da legislação, esta comissão nada tem a objetar quanto ao mérito, liberando o processo com voto favorável.

## IV – PARECER FINAL

Ante o exposto, esta Comissão de Redação e Assuntos Diversos conclui pela regularidade da redação da proposta e desnecessidade de realização das correções de que trata o art. 240 do



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS



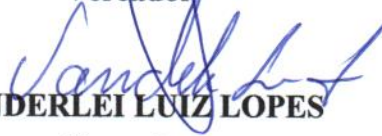
Regimento Interno, opinando pela tramitação conforme deliberado em Plenário, com a consequente remessa para a Secretaria da Casa para fins de se proceder os trâmites necessários para os fins de promulgação e publicação da Lei Complementar.

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Melo, 19 de fevereiro de 2024.

Membros da Comissão de Redação e Assuntos Diversos:

  
**ADEMAR CAMERINO**  
Vereador

**ANTONIO AFONSO SOARES TOMAZ**  
Vereador

  
**VANDERLEI LUIZ LOPES**  
Vereador

**RANGEL MARTINO DE OLIVEIRA PAIVA**  
Vereador Suplente